

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *O Liberal*

Class.: 11

Data *1 de setembro de 1988*

Pg.: _____

Lux Vidal: índios ficaram à margem

Os projetos de construção dos Complexos Hidrelétricos do Xingu e de Cachoeira Porteira foram alvos de críticas e denúncias feitas, ontem de manhã, no Centur, pelos participantes do ciclo de debates "Hidrelétricas na Amazônia", no terceiro dia do evento. Compuseram a mesa dos trabalhos a antropóloga Lux Vidal, da Universidade de São Paulo (USP); José Antônio Muniz e Eduardo La Rosa, da Eletronorte; Felipe Fearnside, do departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), e Ângelo Panza, padre da Prelazia do Xingu, além do índio kaiapó Paulinho Paiaká e do etnobiólogo Darrel Posey, ambos envolvidos no caso do Banco Mundial.

Os dois representantes da Eletronorte traçaram um perfil de todos os projetos hidrelétricos situados na área de atuação da empresa. Apresentaram mapas de estudos e projetos para a implantação das usinas no Xingu e Cachoeira Porteira. José Antônio Muniz finalizou a apresentação dos projetos, afirmando que "Cachoeira Porteira", projetada para ser construída no rio Trombetas, afluente à esquerda do Rio Amazonas, às proximidades do município de Altamira, seria a última hidrelétrica que viria a ser construída na região. Ali, "não existe ocupação, da jusante do rio até Oriximiná", afirmou Eduardo La Rosa.

É isso aí!

Uma das intervenções mais con-

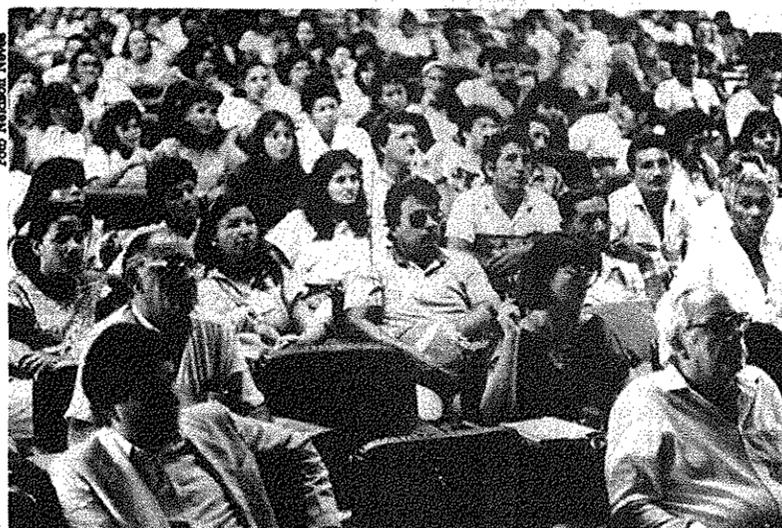
tudentes foi feita por Lux Vidal, contra a construção da usina do Xingu. "As coisas já estão decididas, os estudos de viabilidade, feitos às pressas, estão finalizados, na base do 'é isso aí!', sem que houvesse qualquer discussão pública com as nações indígenas e a população da região", protestou a antropóloga.

O Xingu é um dos últimos grandes refúgios "históricos" indígenas, na opinião de Lux Vidal. Segundo ela, dos 220 mil índios brasileiros, 60% encontram-se na Amazônia Legal, que vê o Xingu como uma terra "intocada e intocável".

Novos direitos

Um "eufemismo", foi como Lux Vidal definiu a denominação "Complexo Hidrelétrico de Altamira". Ela disse que os "projetos 'Balbina', 'Tucuruí', 'Grande Carajás' e 'Ferro-Carajás' não podem acontecer novamente", porque "os trabalhadores, índios e o meio ambiente ganharam direitos, na Constituinte, e criaram a União das Nações Indígenas (UNI) e inúmeras assembleias regionais e locais".

A nova conjuntura do país contradiz a política da Eletronorte, segundo analisou Lux Vidal. O capítulo referente ao índio, na Constituição, "estabelece novas relações, suprime a integração do índio como meia oficial, garante o direito dele ter as suas diferenças, acaba com a tutela da Funai, perante a Justiça e condiciona os projetos de mineração e aproveitamento de recursos hídricos à aprovação pelo Congres-



Os debates sobre os projetos para Amazônia têm lotado o Centur

so Nacional e à manifestação dos índios". Enquanto isso, "nos estudos da Eletronorte, o índio está na parte de meio-ambiente", continuou a antropóloga. "O índio", afirmou, "é minoria étnica, dentro da Nação brasileira; não é árvore, nem tartaruga, com todo respeito que tenho por esses animais".

Governo se esquivava

Lux Vidal acrescentou que "o Banco Mundial estabelece as suas exigências, para liberar os investimentos, enquanto o governo brasileiro vem se

implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia, "tentando provar que não provocam prejuízos ao meio-ambiente e às populações", foram os alvos principais das críticas de Felipe Fearnside. "A avaliação dos custos e benefícios dos projetos do 'Xingu' e 'Cachoeira Porteira', é muito importante" afirmou o representante do Inpa.

Insegurança

Na visão do padre Ângelo Panza, "a indefinição e a insegurança" da Eletronorte, na finalização do projeto da usina do Xingu, é o que está causando "as maiores preocupações". A "vacilação" da Eletronorte, segundo ele, se reflete, inclusive, na indefinição da denominação do projeto, que "não se sabe se é 'Xingu', 'Complexo de Altamira' ou 'Kararaó', até hoje".

Paulinho Paiaká protestou dizendo que "o índio guardou toda a riqueza para o branco, sem nenhum arranhão e, por causa de toda essa conversa, a Eletronorte, Polícia Federal e Conselho de Segurança Nacional querem enquadrar o índio na Lei dos Estrangeiros", referindo-se ao processo judicial no qual está implicado. E foi um dos oradores mais aplaudidos, quando disse que "quero ter a cor, os olhos e o cabelo da minha nação; não vou ficar branco".

Chave

O indígena foi seguido por Darrel Posey que afirmou que, "o conhecimento indígena é a chave para se aproveitar os recursos naturais da Amazônia,

sem destruí-los". Ele classificou o processo a que está respondendo como "intimidação sobre os índios, que estão conseguindo espaços para falar, e a comunidade científica".

Respondendo às denúncias feitas pelos demais participantes da mesa, José Antônio Muniz garantiu que, o Relatório de Impacto no Meio-Ambiente (Rima) referente à usina do Xingu, ainda não foi concluído pela Eletronorte. "Daqui a três anos, a Eletronorte vai inserir os resultados do planejamento que vem fazendo e, somente se 'Kararaó' for viável, o projeto será iniciado, em 1993", gerando 11 milhões de kilowatts, garantiu ele, acrescentando que, "com a atual crise econômica, todos os projetos elétricos foram deslocados por mais um ano".

Dentro de um cronograma "otimista", segundo o representante da Eletronorte, o reservatório da usina "será enchido em 1999 e começará a operar no ano 2.000". Por isso, a Eletronorte ainda não pode fazer uma proposta de indenização às nações indígenas, explicou. José Antônio Muniz assegurou que, "Kararaó", que está sendo projetada para atender todo o oeste do Pará — "uma região que não recebe energia elétrica de Tucuruí" —, é a única usina que poderá vir a ser instalada, no rio Xingu, dentro do Plano 2.010. Ele disse ainda que "não partiu da Eletronorte qualquer participação no processo judicial" envolvendo Paulinho Paiaká, Kôubé-i Kaiapó e Darrel Posey.

Eletrobrás e as estratégias

O Plano 2010 — que prevê, entre outros, a construção, até o ano 2000, de 86 usinas hidrelétricas de médio e grande porte — indica o balizamento da evolução do setor elétrico, caracterizando sua integração com o planejamento energético global. De acordo com Afonso Furtado, da Eletrobrás, — que foi, ontem, um dos palestrantes do ciclo de debates "Hidrelétricas da Amazônia", com o tema "Balanço da Política Energética para a Amazônia e o Programa 2010" — o plano procura orientar o setor elétrico, evidenciando o papel das várias fontes de energia, além da contribuição das diversas regiões no suprimento de energia elétrica.

Segundo Afonso Furtado, o plano apresenta alternativas e estratégias de geração de energia. E, por isso, ele recomenda a antecipação do desenvolvimento do programa de geração térmica, tanto a carvão como nuclear, prevendo a instalação de algumas unidades dessa natureza antes do ano 2010. Um outro ponto abordado pelo plano é o uso de termelétricas a gás e a derivados pesados de petróleo.

Quanto às necessidades e metas do setor, no tocante ao desenvolvimento científico e tecnológico — onde se destacam os tópicos referentes à transmissão a longa distância, efeitos ambientais e geração termelétrica —, o plano prevê um

aumento significativo do nível de investimentos, passando, gradativamente, de 0,4% para 3% do investimento do setor. Também está prevista, no plano, a formação de recursos humanos para o setor, contando com a colaboração de centros de pesquisa, universidades, consultores e das próprias empresas elétricas do país e do exterior.

Hidrelétricas

Das 86 usinas hidrelétricas previstas no plano, nove serão instaladas, até o ano 2000, na região amazônica. De acordo com Afonso Furtado, das nove hidrelétricas, apenas uma — a de Kararaó — exportará energia para o Nordeste e Sudeste do país. O plano prevê, ainda, a curto prazo, a expansão do parque termelétrico de Manaus e Porto Velho.

O plano 2010, segundo Afonso Furtado, incorpora amplamente a questão ambiental, apontando, de início, a interação do setor energético com as entidades responsáveis pelas ações das áreas de interesse. Os empreendimentos deverão ser orientados no sentido de sua melhor inserção regional, de modo a ensinarem melhorias econômicas e sociais nas áreas em que venham a ser localizados os projetos. Para tanto, ressaltou o palestrante, foi constituído um fórum para a coordenação de ação e troca de informações: o

Comitê Coordenador das Atividades de Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase).

Agressão

Para Camillo Vianna, o plano 2010 é uma continuação do processo de agressão ambiental, cultural e humana da Amazônia. A única diferença entre o 2010 e os grandes projetos que vêm sendo implantados na região, segundo o cientista, é que os responsáveis pelo plano 2010 dizem estar dispostos a incluir setores da sociedade nos processos de decisão. Camillo Vianna frisou ser importante que a população da Amazônia preocupe-se em superar algumas barreiras, como, por exemplo, a do enclave tecnológico. "Os técnicos da região não participam da cúpula administrativa do plano 2010", denunciou.

Conforme comentou Camillo Vianna, das usinas previstas no plano, as de grande porte serão construídas na Amazônia. "Isso acontece", disse ele, "porque só agora estamos tendo condições de contestar as monstruosidades tecnológicas". O cientista frisou ainda, que as hidrelétricas que já começam a ser construídas na região Norte destinam-se, em sua maior parte, a atender à demanda do Sudeste e Nordeste do país.

Plano 2010 trará poucos benefícios, diz cientista

"O plano 2010 significa inundação de algumas regiões, retirada de populações das terras nativas, modificações na fauna e flora, além de destinar-se ao pagamento da dívida externa". A afirmação é do físico e membro do Conselho do SBPC, Luiz Pinguelli Rosa, que proferiu palestra, ontem, no ciclo de debates "Hidrelétricas da Amazônia". Segundo ele, se não forem cobradas altas taxas sobre a energia que o Norte exportará para outras regiões do país, o plano trará poucos benefícios para a Amazônia.

Luiz Pinguelli ressaltou que a Amazônia tem sido considerada como fonte de recursos naturais, cujo aproveitamento é feito sem qualquer adequação dos empreendimentos às condições regionais. De acordo com o físico, a desconfiança que o povo tem em relação ao Governo, revela-se fortemente na questão do aproveitamento hidrelétrico da Amazônia. "O antecedente de Balbina é muito ruim e o de Tucuruí não é bom", frisou.

Segundo o físico, as pressões da sociedade contra a construção de barragens ten-

derão a dificultar a concretização dos aproveitamentos previstos no plano 2010. Ele afirmou que a solução desses conflitos dependerá da disposição, do setor elétrico, em encontrar alternativas para a localização das barragens e compensação das populações atingidas, o que, na região Norte, inclui um agravante: a questão das terras indígenas. "As forças democráticas, que lutam ao lado das populações rurais e indígenas ameaçadas até de dissolução cultural, devem instituir fóruns legítimos, nos quais as empresas e o Estado submetam os processos a decisão", frisou ele.

Avanços

O físico comentou que o plano 2010 apresenta um avanço em relação aos anteriores. A metodologia do projeto, segundo ele, não se restringe a uma soma de estudos. "O plano admite mudanças e parte de um planejamento realizado continuamente e pensado de forma multidisciplinar, considerando as possibilidades econômicas de cada região", ressaltou.